



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Ata da 94ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 09 de Abril de 2013, às 13h30min.

Local: Auditório da FIEMG - Av. Deputado Esteves Rodrigues, 1489 –  
Vila Brasília, Montes Claros - MG.

1. Aos 09 de Abril de 2013, às 13h30min, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do
2. Norte de Minas, no Auditório da FIEMG - Av. Deputado Esteves Rodrigues, 1489 - Vila
3. Brasília - Montes Claros/MG. Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e
4. Suplentes: como Presidente: Eliana Piedade Alves Machado, Superintendente Regional de
5. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha; - Secretaria de Estado da
6. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA: 1º Suplente: Wagner Brant Monteiro; -
7. Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do
8. Norte de Minas – SEDVAN : Titular: Edson Ferreira do Couto; - Secretaria de Estado de
9. Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU: 1º Suplente: Elbert Santos; -
10. Secretaria de Estado de Transporte e Obra Pública – SETOP: 2º Suplente: Geovanini da Silva
11. Júnior; - Polícia Militar de Minas Gerais: Titular: Capitão Paulo Eliedson Veloso; Procuradoria
12. Geral de Justiça – PGJ: Titular: Ana Eloíza Marcondes da Silveira; - Instituto Brasileiro de
13. Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA: Suplente: Ney Magalhães Barbalho; - Comitês
14. de Bacias Hidrográficas, constituídos e operacionais, e situados, majoritariamente, na área de
15. abrangência da URC: Titular: Dalton Soares Figueiredo;- Representantes da Federação das
16. Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG: Titular: Ézio Darioli; - Representantes da
17. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais- FETAEMG - Titular:
18. Arimar Gomes dos Santos;- Representantes da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
19. de Minas Gerais – FAEMG: 1º Suplente: Juvenal Mendes de Oliveira; - Representantes da
20. Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de
21. Minas Gerais – FEDERAMINAS: 2º Suplente: Edilson Torquato – Associação Comercial de
22. Montes Claros; Representantes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES -
23. Titular: José Ponciano Neto; - Representantes de Organizações Não-Governamentais
24. legalmente constituídas para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, incluídas
25. no Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas – CEEA: Titular: Sóter Magno do Carmo –
26. OVIVE – Organização Vida Verde; 1º Suplente: Ramon Risério Dourado Leite – IGS –
27. Instituto Grande Sertão; - Representantes da Comunidade Científica: Cientista, Tecnólogo,
28. Pesquisador ou Pessoa de Notório Saber, reconhecidamente dedicada às atividades de
29. preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida: 2º Suplente: Paulo Fernando
30. Rodrigues – Fundação Educacional de Montes Claros. Estiveram também presentes o Sr.
31. Gislando Vinícius Rocha de Sousa, Superintendente da SUPRAM NM, Yuri Rafael, Diretor de
32. Controle Processual da SUPRAM NM, além de técnicos dos órgãos envolvidos.
33. A **Presidente, Dra. Eliana Piedade Alves Machado**, Superintendente da SUPRAM
34. Jequitinhonha, abre a 94ª reunião ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas
35. convidando para ouvir o Hino Nacional.
36. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**
37. **2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento**
38. **Sustentável e Presidente da URC Norte de Minas, Dr. Danilo Vieira Júnior.**
39. Dando sequência, a **Presidente** abre o item 3 – Comunicado dos Conselheiros e Assuntos
40. Gerais, informando que há 30 minutos para os Conselheiros se manifestarem.
41. **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.**
42. O **Conselheiro Ézio Darioli**, representante da FIEMG, diz que gostaria de socializar um
43. projeto ambiental da COTEMINAS, desenvolvido em Montes Claros, de tratamento de
44. ultrafiltração VRM que ficou entre os três finalistas do Prêmio ANA, categoria Empresas, que





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

45. é chamada Oscar da Água. Diz que esse projeto colocou a estação de tratamento da  
46. COTEMINAS entre uma das mais modernas e eficientes do mundo. O projeto ficou também  
47. entre os finalistas do Prêmio Furnas Ouro Azul, que é outro projeto relevante na área  
48. ambiental. Destaca que isso é importante porque se vê que as empresas do segmento têxtil  
49. estão investindo na área de tratamento de seus efluentes e isso é um ganho ambiental muito  
50. importante. O **Conselheiro Sóter Magno Carmo** comunica alguns eventos que aconteceram  
51. nesta semana e na semana passada em Montes Claros que considera terem sido de fundamental  
52. importância para a sociedade norte-mineira. Parabeniza o Governo do Estado por ter colocado  
53. na região esses dois momentos importantes. Entende que eles chegaram atrasados, mas é  
54. melhor tarde que nunca. Diz que, nos dias 3 e 4, aconteceu em Montes Claros a quarta etapa do  
55. Plano Estadual de Proteção da Biodiversidade. Observa que, como disse antes, é um evento  
56. fundamental para que se possa ainda preservar um pouco do que nos resta do cerrado. Diz que  
57. espera, como membro da sociedade civil, que esse plano não fique no papel. Espera que ele  
58. saia e venha para o chão, que não se restrinja às unidades de conservação, que saia para as  
59. APPs, para as reservas legais e outros locais que ainda restam de natural do cerrado. Diz que  
60. sabe as ações andam, mas andam devagar. Destaca a participação da SEMAD e do IEF nesse  
61. evento. Elogia também a metodologia utilizada para que as propostas da preservação da  
62. biodiversidade da região pudessem estar ali colocadas. Frisa a importância da sociedade civil  
63. organizada, que, a convite dos organizadores, estava lá tentando dar sua parcela de  
64. contribuição para minimizar esses impactos negativos. Diz que com esse plano se pode ainda  
65. segurar o que resta do cerrado do Norte de Minas. Diz que se encerrou hoje ao meio-dia a  
66. Governança em Rede, que é outra ação do estado, que entende ser de fundamental importância.  
67. E aí, a Gestão para a Cidadania. Frisa, mais uma vez, nesse evento, a importância da sociedade  
68. civil organizada. Ressalta que, entre 32 participantes, 19 eram representantes da sociedade  
69. civil organizada. Entende que, para os problemas da sociedade, tanto o primeiro setor quanto  
70. do segundo setor só terão sucesso se tiverem a seu lado o terceiro setor, que é a sociedade civil  
71. organizada para levantar os problemas e colaborar na sua solução. Como são problemas  
72. criados pela sociedade, cabe a ela arranjar a solução para eles. Diz que, no dia de hoje, foram  
73. eleitos cinco problemas cruciais para a região do Norte de Minas: problemas sociais,  
74. problemas da área de educação, da área de saúde. Diz que, dentre os cinco, o primeiro que  
75. ficou na lista foi a rede de infraestrutura voltada exclusivamente aos recursos hídricos. São  
76. questões de barragem, de saneamento básico. Diz que parece ironia um ambientalista falar em  
77. barramento. Mas frisa que é barramento consciente, com responsabilidade social e ambiental.  
78. Diz que sabe que os problemas de ordem social e ambiental oriundos de um barramento são  
79. muito grandes, mas não existe problema social e ambiental maior do que o que se está tendo na  
80. sociedade norte-mineira onde se estão tendo pessoas quase morrendo por falta de água.  
81. Ressalta que os animais, e não poucos, estão morrendo por falta de água e de comida. Alerta  
82. que grande parte do rebanho do Norte de Minas, grande fonte de renda do Norte mineiro, está  
83. indo embora. Frisa que, para revitalizar esse rebanho, é necessário muito tempo e muita água.  
84. Diz que água não se faz, água se segura. Daí a importância de se trabalhar a questão do  
85. barramento, de se trabalhar essa cultura. Diz que se está findando o ano agrícola 2012/2013  
86. aproximadamente com 800mm de água e não se tem parte dessa água na região. As barragens  
87. estão secas e muitos rios estão secos. Diz que é nessa Governança em Rede, onde se podem  
88. tratar esses assuntos de prioridade nº 1 para 2013, onde estão incluídas questões de  
89. barramento, pequenas e grandes barragens. Diz que evidentemente elas têm que ser tratadas de  
90. forma diferente para não trazerem problemas como trouxeram as barragens feitas nos anos 70,  
91. 80 e até 90, como se pode dar como exemplo a barragem de Espinosa, que hoje não existe  
92. mais. Existe só areia numa área que foi feita para barragem. Destacando a importância da  
93. participação social das pessoas, relata que, no mês passado, esteve aqui um grupo de japoneses  
94. trazendo sua experiência em relação a abalos sísmicos e eventos da natureza naquela região.  
95. Destaca que, de uma comitiva de dez pessoas, cinco eram de participação da sociedade civil





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

96. fazendo trabalho voluntário. Frisa a importância da sociedade na solução dos problemas que  
97. ela mesma causou. O **Conselheiro Edmilson Torquato**, representante da FEDERAMINAS,  
98. fala a respeito de um movimento da ACI com outras entidades de classe em relação ao  
99. Conselho de Desenvolvimento que se pretende instalar em Montes Claros. Relata que, no ano  
100. passado, teve uma experiência com o pessoal de Maringá. Trouxe a Montes Claros Sílvia  
101. Barros, ambientalista e consultor na área de turismo, que foi prefeito de Maringá por duas  
102. vezes e faz palestras no mundo inteiro sobre esse tema. Diz que, a partir de sua palestra,  
103. desenvolveu-se a ideia de implantar em Montes Claros um conselho que reúna todas as  
104. entidades ou grupos de pessoas, religião, Ministério Público, tudo que tenha uma organização  
105. civil para compor a base desse conselho. Diz que, a partir desse final de semana, três diretores  
106. da ACI e mais uma quatro pessoas de outras entidades, inclusive do SINDUSCON e da  
107. Câmara Municipal, estiveram em Maringá, e foi-lhes apresentado qual o modelo de  
108. funcionamento deles. Viram como funciona a relação da ACI de lá com o conselho e, em  
109. consequência, com os órgãos públicos. Diz que a importância desse conselho é que tudo que  
110. passa pela cidade, e até pela região, uma vez que lá é um pólo como Montes Claros, passa pelo  
111. conselho. Em razão disso, foi marcada uma reunião e as entidades estão sendo convidadas por  
112. e-mail, porque já se deu um passo um pouco mais ligeiro que se imaginava. Diz que todos os  
113. órgãos estão convidados e acha importante que todos estejam representados. A reunião será no  
114. dia 12 próximo, sexta-feira, às 17h, na AMAMS. A partir dessa reunião, vai-se tentar fazer  
115. uma organização de como é esse conselho nos diversos graus. Diz que se vai apresentar  
116. sucintamente o que se viu em Maringá e já está marcada para o período de 20 a 22 de maio a  
117. vinda do próprio Sílvia Barros e do presidente do conselho de lá. Diz que, do dia 12 deste mês  
118. até o dia 22 de maio, já se quer ter o conselho pelo menos modelado mais ou menos no  
119. esquema de Maringá, adaptando à realidade daqui. Diz que, quando eles vierem apresentar  
120. essa palestra, espera ter o conselho mais ou menos adiantado, porque entende que é possível se  
121. conseguir criar um conselho como esse. Diz que, até o ano passado, quando ouviu a palestra  
122. em Belo Horizonte, achava um sonho impossível, mas não foi, porque no mesmo dia  
123. conversou com ele e, uma semana ou um mês depois, ele estava em Montes Claros fazendo  
124. uma palestra na Fenics. Diz que agora já se conseguiu mobilizar umas oitenta entidades que já  
125. conhecem ou têm interesse em conhecer. Diz que, para formatar esse conselho, para ninguém  
126. suspeitar de uma ação com interesse político ou partidário, uma das primeiras exigências que  
127. se tem para se fazer parte da diretoria desse conselho é que a pessoa não pode ser filiada a  
128. nenhum partido político. Existe gente que já teve cargo político, mas hoje está totalmente  
129. desvinculado da vida partidária. Reafirma que o que se pretende é envolver todas as entidades  
130. civis organizadas, como o Conselho Sóter falou, para ver a responsabilidade do  
131. planejamento do desenvolvimento e ajudar os órgãos públicos a gerir a vida de maneira que se  
132. previnam coisas como a corrupção. Lembra que hoje haverá uma manifestação contra a PEC  
133. 37. Diz que o padrão de vida de Maringá é tão alto que outros municípios do estado, que é um  
134. estado bem desenvolvido, têm certo ciúme de Maringá estar assim e os outros não estarem.  
135. Destaca que importante é que todos possam estar presentes no dia 12 para se começar a ver  
136. isso, às 17h, na AMAMS. Diz que tem certeza de que, como ele se encantou, todos vão se  
137. encantar também. A **Conselheira Ana Eloiza Marcondes da Silveira**, representante da  
138. Procuradoria Geral de Justiça, diz que o Conselho Edilson falou a respeito da PEC 37 e ela  
139. quer fazer um esclarecimento e um convite. Diz que a PEC 37, conhecida como a PEC da  
140. Impunidade, é uma emenda constitucional que tramita no Congresso a passos bem largos. Em  
141. síntese, ela prevê que a investigação criminal, a partir da aprovação da emenda, vai passar a ser  
142. privativa da Polícia Civil e da Polícia Federal. Diz que isso significa que, fora a Polícia Civil e  
143. a Polícia Federal, ninguém mais neste país pode investigar crime nenhum. Diz que não é só o  
144. Ministério Público. O Ministério Público está brigando contra a PEC porque, afinal, são os  
145. titulares da ação penal e promovem investigações principalmente dos crimes chamados de  
146. crimes do colarinho branco e que, infelizmente, nem a Polícia Federal e muito Polícia Civil





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

147. têm condições de investigar, seja pela falta de estrutura, seja porque não possuem garantia  
148. nenhuma. No dia em que um delegado pensar em investigar um deputado, no dia seguinte terá  
149. sido mandado para os confins do Judas. Diz que o Promotor tem essa garantia da não  
150. mobilidade, de independência funcional, irredutibilidade de vencimento. Diz que, como o  
151. Promotor tem esse tipo de independência, é claro que a investigação acaba surtindo muito mais  
152. efeito. Frisa que não é só o Ministério Público. Diz que o IBAMA vai ficar impedido de  
153. investigar ou qualquer peça de informação que seja fruto de atuação da Polícia Militar ou da  
154. Polícia Rodoviária, como aconteceu na Máfia do Carvão. Diz que as operações que se fizeram  
155. aqui para combater a Máfia do Carvão nenhuma delas foi investigação da Polícia Civil. Foi  
156. uma atuação conjunta do IBAMA, Ministério Público, Receita Estadual. Nenhum desses  
157. órgãos, nem mesmo a imprensa que faz tantas investigações, vai poder investigar. Detetive  
158. particular não vai poder investigar. Vai ser um ato privativo da Polícia Civil e da Polícia  
159. Federal. Diz que se sabe que, embora as associações de delegados venham defendendo essa  
160. PEC dizendo que é a PEC da Legalidade, na verdade eles estão cegos por um corporativismo  
161. que não vai levar a lugar nenhum a não ser ao prejuízo maior da sociedade, pois os crimes que  
162. vão ficar sem elucidação são esses crimes cometidos por agentes políticos. Diz que a Polícia  
163. Civil não dá conta de investigar 3% dos homicídios que acontecem no país. Diz que é uma  
164. ilusão imaginar que se vai entregar todo o monopólio da investigação para Polícia Civil e isso  
165. vai revolver. Destaca que contra a PEC 37 existe, nas redes sociais, abaixo-assinado e pede a  
166. todos que não só assinem, mas passem isso para suas famílias, nos seus meios de trabalho,  
167. porque todos são afetados. Não é só uma questão de Ministério Público ou de qualquer outro  
168. órgão. É uma questão de cidadania. E todo cidadão é prejudicado. Informa que hoje, às 16 h, se  
169. estará fazendo ato público contra a PEC 37 na Praça Dr. Carlos. Diz que várias instituições já  
170. aderiram: a Maçonaria, a Igreja Católica, igrejas evangélicas, CAA, algumas ONGs. Pede que  
171. os Conselheiros vão participar desse ato, o que vai ser bom para a sociedade. O **Conselheiro**  
172. **José Ponciano Neto**, representante da ABES, coloca a ABES à disposição do conselho e  
173. sugere que se mande um ofício para a entidade para que se possa fazer sua indicação para o  
174. conselho, que, tem certeza, vai ser muito importante para Montes Claros. Informa que vão  
175. acontecer os Jogos Abertos da Maçonaria do Norte de Minas, dos dias 24 a 26, no Pentáurea  
176. Clube, com o apoio do Conselho de Veneráveis de Montes Claros. Diz que vão participar os  
177. maçons e filhos de maçons, o pessoal da Filhas de Jó e dos Demolays. Diz que será uma festa  
178. muito boa. O **Conselheiro Major Paulo Eliedson Veloso**, representante da Polícia Militar, diz  
179. que o Norte de Minas está se retratando o a maior vítima na questão das queimadas a partir de  
180. levantamento do Previcêndio com relação a áreas de preservação ambiental. Faz um  
181. chamamento para que cada um dentro de seu setor, dentro de sua área de atuação, aborde esse  
182. tema, porque, com relação a queimada, o que dá para se fazer é prevenção, esclarecimento  
183. acerca da aplicação da lei, da questão da punibilidade dos atos e a conscientização. Diz que,  
184. para este ano, está-se implementando uma operação preventiva que deve começar no início de  
185. maio. Diz que, se houver algum órgão ou ONG aberto a participar dessa campanha, deve  
186. procurar a Polícia Militar de Meio Ambiente. Diz que o Norte de Minas está representando  
187. estatisticamente 78% das queimadas em áreas de preservação. Frisa que é um assunto bastante  
188. importante e foi muito oportuna a discussão sobre o ecossistema em Montes Claros, em sua  
189. quarta oficina, em que se pôde chamar atenção para essas questões. Diz que inclusive se  
190. conseguiu implantar, nas propostas de construção para o Plano de Proteção da Biodiversidade,  
191. algumas propostas de defesa direcionadas à questão da queimada. Ressalta que a Polícia  
192. Militar está aberta a sugestões nesse sentido. O **Conselheiro Edson Couto**, representante do  
193. Sistema SEDVAN/IDENE, reforça as palavras do Conselheiro Sóter quando falou na presença  
194. do Governador no dia de ontem. Lembra que, na semana passada, houve a presença do Vice-  
195. governador. Salienta o fato de, no encontro promovido pelo IEF, ter estado inscrito, mas  
196. infelizmente não ter podido comparecer. Diz que parece que está existindo uma falta de  
197. sintonia dentro do próprio governo, uma vez que, na terça ou quarta-feira, se estavam





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

198 discutindo os problemas da seca com o Gabinete Militar do Governador, enquanto estava  
199 acontecendo paralelamente uma reunião no Bonjuá que estava discutindo a pauta do IEF. Pede  
200 desculpas por não ter participado. Justifica que, na hora fazer a participação, veio o  
201 chamamento do Governo do Estado para participar da outra reunião. Diz que fica difícil estar  
202 representando em todos os municípios. Diz também que está com problema de armazenamento  
203 das cisternas de polietileno. Informa que, em 2013, se vão distribuir e implantar em torno de  
204 23.000 cisternas de polietileno, que são caixas d'água que são enterradas no solo e que captam  
205 a água da chuva do telhado. Diz que isso é suficiente para uma família com seis pessoas se  
206 abastecerem de água para a labuta diária por um período de cinco ou seis meses. Informa que  
207 ainda não conseguiu lançar o edital de chamamento público para que a empresa vencedora  
208 apanhe as caixas no depósito e as instale nas famílias que foram selecionadas e previamente  
209 capacitadas para utilização do sistema. Diz que a COPASA já cedeu uma área. O Exército  
210 também está cedendo uma área, o DER está ajudando, mas ainda se precisa de uma área de  
211 aproximadamente três ou quatro hectares próximo à cidade para que se depositem as caixas  
212 d'água. Diz que a empresa Aqualimp tem capacidade de produção de 100 caixas diárias e o  
213 Estado está enrolado com isso, uma vez que não tem local onde depositar. Observa que tem  
214 que ser uma área pública, limpa, segura. Informa outra ação que o Sistema está desenvolvendo:  
215 já se lançou o edital de construção dos pequenos barreiros, que se poderiam chamar de  
216 pequenas barraginhas. Cada um dos municípios do semiárido deverá receber em torno de vinte  
217 pequenas barragens. Informa que o edital está na praça, existem 12 ou 13 empresas cadastradas  
218 e, até o final do mês, ainda se pode cadastrar mais alguma empresa que apresente proposta para  
219 executar essas barragens. Pede que algum Conselheiro que tenha informação de área o procure.  
220 Esclarece que cada cisterna ocupa área de 10m<sup>2</sup>. Diz que já tem 800 depositadas na COPASA.  
221 Diz que está fornecendo para o Vale do Jequitinhonha e, no dia 11, encerra a produção para lá.  
222 Frisa que o período do depósito é de 30 ou 40 dias até que se consiga colocar o edital na praça  
223 e se passe a fazer rodízio, recebendo e retirando, nas áreas que estão sendo utilizadas. O  
224 **Conselheiro José Ponciano** observa que essa área deve ter vigilantes, pois, se as caixas  
225 ficarem no meio do mato, alguém pode danificá-las. Questiona se há essa exigência por parte  
226 do IDENE. De que a área tenha vigilante. O **Conselheiro Edson Couto** informa que a área que  
227 a COPASA cedeu tem um funcionário. No Exército, analisando com o Comandante, achou-se  
228 que não há essa necessidade em função da vigilância permanente. A outra área é o Clube dos  
229 Sargentos, no fundo da Autonorte. É uma área grande, de mais ou menos 18.000m<sup>2</sup>. Diz que o  
230 DER ficou de passar ao patrol para limpá-la. Diz que não tem vigia. Vai-se fazer um controle  
231 de entrada e de saída. O próprio presidente do clube vai fazer isso. Observa que se se tiver uma  
232 área solta, sem nenhuma proteção, não vai indicar. E também não tem dinheiro para pagar.  
233 Quem ajudar cedendo o local, vai também ajudar mantendo o guarda. O **Conselheiro José**  
234 **Ponciano** diz que, em vários eventos de que está participando, está percebendo que todos os  
235 políticos estão dizendo que as obras não estão saindo devido ao licenciamento. Diz que não é  
236 xiita. É defensor do progresso. Diz que se refere ao anel rodoviário norte. Frisa que foram  
237 colocadas algumas condicionantes, estudos espeleológicos, mais outros estudos. Diz que acha  
238 que não há tanta necessidade, porque já se tem um perfil do solo de toda litosfera com relação  
239 aos poços já perfurados. Já há estudo pronto. Diz que não sabe como a SUPRAM pode  
240 proceder. Há um estudo pronto através da turma do Cássio, do Eduardo. Questiona se esse  
241 estudo não serviria para se entrar logo com esse processo, colocar na pauta e se liberar isso.  
242 Diz que fica parecendo que o Conselho é culpado e é o entrave do progresso. Diz que depois o  
243 governo resolve acabar com essas reuniões regionais e passar tudo para Belo Horizonte,  
244 alegando lá se resolve mais facilmente. Questiona, para evitar isso, qual deve ser o  
245 procedimento do DER daqui para frente para terminar logo o anel e acabar com os  
246 atropelamentos na João XXIII. **Vinícius**, Superintendente da SUPRAM NM, diz que está  
247 acostumado a levar a culpa do licenciamento ambiental, mas tem inteira consciência do  
248 trabalho que vem sendo realizado dentro das possibilidades do órgão. Quanto ao DER, já se





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

tem a LI, e a principal condicionante, dentre outras, é a entrega do estudo espeleológico, que não foi entregue pelo DERR ainda. Está-se aguardando. Talvez o Conselheiro Geovanini possa dizer como está o andamento dessa condicionante. O **Conselheiro Geovanini Júnior**, representante da SETOP, diz que realmente o que está faltando é o estudo das cavernas. Já foram cadastradas e foi feita uma licitação em Belo Horizonte para fazer esse estudo, apesar de se saber que há uma pessoa em Montes Claros que tem o estudo pronto. Diz que o procedimento do DER foi este: fazer a licitação. A empresa que ganhou está fazendo estudo detalhado. Está-se aguardando o término desse estudo. A **Presidente** diz que, quanto a ir para Belo Horizonte, o procedimento é o mesmo lá e aqui. Não tem como fugir. Dá como encerrado o item 3.

#### 259 4. Exame da Ata da 93ª RO de 12/03/2013.

A **Presidente** coloca em discussão a ata da 93ª RO realizada no dia 12 de março de 2013. Não havendo discussão, coloca em votação a ata da 93ª RO de 12/03/2013. O **Conselheiro Dalton Soares Figueiredo**, representante do Comitê de Bacia Hidrográfica Jequitai/Pacuí, manifesta sua abstenção por não ter estado presente à reunião. O **Conselheiro Ney Barbalho**, representante do IBAMA, também se abstém por não ter participado da reunião. O **Conselheiro Edson Couto** também se abstém. A **Presidente** considera a ata **aprovada** com as abstenções. Passa aos pontos seguintes.

#### 267 5. Processo Administrativo para exame de Alteração de Condicionantes da Licença Prévia:

269 5.1 Viasolo Engenharia Ambiental S.A. - Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos, tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde (grupo A - infectantes ou biológicos), exceto incineração, e aterro e /ou área de reciclagem de resíduos classe A da construção civil, e/ou área de triagem, transbordo e armazenamento transitório de resíduos da construção civil e volumoso - Montes Claros/MG - PA/Nº 11771/2011/001/2011 - Classe 5. A **Presidente** diz que para esse processo se tem a solicitação de alteração de prazo para as condicionantes nº 07 e 16, e alteração de texto das condicionantes de nº 17 e 18. Informa que ele foi retirado de pauta na última reunião para complementação das outras condicionantes. Questiona se haverá algum destaque e se está claro o parecer. Diz que foi discutido em parte na reunião passada. **Não há destaque.**

#### 279 6. Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação:

280 6.1 Italmagnésio Nordeste S.A. - Produção de ligas metálicas (ferroligas) - Várzea da Palma/MG - PA/Nº 0021/1980/021/2012 - Classe .

282 O **Conselheiro Ézio Darioli**, representante da FIEMG, faz pedido de vista em função de avaliar melhor principalmente a questão do indeferimento e os problemas que há com esse processo.

285 A **Conselheira Ana Eloíza** diz que ia pedir destaque não tanto pelo processo. Diz que concorda com o parecer pelo indeferimento. Frisa que quer colocar em discussão a situação da Italmagnésio. Não sabe qual vai ser o momento, já que o Conselheiro pediu vista. Diz que as atividades da Italmagnésio estão embargadas e foi o Conselho que provocou a SUPRAM para que isso fosse feito, no entanto ela continua funcionando como se não tivesse acontecido nada. Está com embargo e continua funcionando. Diz que sua proposta é ver uma forma, talvez uma ação conjunta da Polícia Militar, da SUPRAM. Diz que o Conselheiro Major Paulo tinha sugerido um técnico da FEAM que pudesse ir ao local também e já se resolvesse ali, fechar e acabar com a atividade de vez. Não tem como eles continuarem funcionando.

294 O **Conselheiro Major Paulo** diz que outro destaque é com relação à apresentação de EIA/RIMA. Não sabe se a empresa chegou a apresentar, devido ao porte do empreendimento.

296 A **Presidente** diz que, como houve pedido de vista, não se vai discutir o empreendimento, conforme previsão no Regimento Interno. Nada impede que haja outros desdobramentos fora da reunião e que se reúnam com essa finalidade.

299 6.2 Coteminas S.A. - Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas, com





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

- 300 acabamento - Montes Claros/MG - PA/Nº 0117/1989/013/2012 - Classe 6.
- 301 **Destaque** do Conselheiro Dalton Figueiredo
- 302 **6.3 Petrobrás Biocombustível S.A.** - Fabricação de outros produtos químicos não
- 303 especificados ou não classificados - Montes Claros/MG - PA/Nº 0956/2006/0007/2013 -
- 304 Classe 6. **Sem destaque.**
- 305 **7. Processos Administrativos para exame de Reconsideração:**
- 306 **7.1 Rodrigo Pinto Canabrava/Fazenda Villa Terezinha** - Culturas anuais excluindo a
- 307 olericultura, cultura de cana-de-açúcar com queima, bovinos de corte (confinados), criação de
- 308 equinos e muare (extensivos) e bovinos de corte (extensivos) - Bocaiuva e Engenheiro
- 309 Navarro/MG - PA/Nº 25391/2008/001/2009.
- 310 **Destaque** do empreendedor.
- 311 **7.2 Rima Industrial S.A.** - Metalurgia dos metais não ferrosos em formas primárias, inclusive
- 312 metais preciosos - Bocaiuva/MG - PA/Nº 0018/1979/019/2011.
- 313 **Sem destaque.**
- 314 A **Presidente** coloca em votação, nos termos do parecer único da SUPRAM NM, os **itens 5.1**
- 315 **- 6.3 e 7.2**, lembrando que o item 7.2 é pelo indeferimento. **Aprovados.**
- 316 **6.2 - Coteminas S.A. - Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas,**
- 317 **com acabamento** - Montes Claros/MG - PA/Nº 0117/1989/013/2012 - Classe 6.
- 318 O **Conselheiro Dalton Figueiredo** diz que quer apenas um esclarecimento. Diz que há um
- 319 lapso de tempo entre o vencimento da licença e a data de hoje. Ressalta que a licença venceu
- 320 em 06/09/2012 e o processo foi protocolado em 05/ 09. Questiona se não há uma carência
- 321 antes, se pode ser protocolado até no dia. Diz que se está analisando sete meses depois.
- 322 Questiona como fica esse lapso temporal. **Yuri Rafael Trovão**, Diretor de Controle Processual
- 323 da SUPRAM NM, diz que quem poderia falar com mais propriedade é o Dr. Joaquim, que fez
- 324 essa deliberação normativa, a DN 17. Diz que ela fala que o empreendimento tem até 90 dias
- 325 antes do vencimento da licença em que se pode protocolar com direito a renovação automática,
- 326 se o órgão ficar inerte durante esse período. Ressalta que se considera a revalidação como
- 327 podendo ser realizada até a data do vencimento. Diz que isso está na DN 17. Diz que, do prazo
- 328 de 90 dias até o vencimento, ele pode formalizar o processo, tem direito a levar a julgamento
- 329 sua revalidação, não, porém, tem direito a revalidação automática nos termos da DN 17. A
- 330 partir do vencimento, vai-se tratar o empreendimento como licença de operação corretiva, mas
- 331 se aceita como revalidação até a data do vencimento. Ele teria até o dia 6 para formalizar o
- 332 processo ter o direito a sua revalidação. O processo de revalidação é um processo mais
- 333 simplificado. Diz que nos autos consta mesmo é o resultado de desempenho ambiental. Se
- 334 fosse uma licença de operação corretiva, seria um RCA, PCA e até mesmo o EIA/RIMA.
- 335 Reafirma que, até a data do vencimento, pode ser formalizado o processo como revalidação.
- 336 Diz que há outros prazos que são estipulados. Diz que a Lei Complementar 140 fala em um
- 337 prazo de 120 dias anterior à licença. Entretanto, no órgão ambiental, no estado, ainda se
- 338 obedece à Deliberação Normativa 17/96, que traz dois prazos: 90 dias antes, se o órgão ficar
- 339 inerte, com a possibilidade de revalidação automática; até a data do vencimento, sem
- 340 possibilidade de revalidação automática, mas com a possibilidade de ser avaliada a renovação
- 341 da licença. O **Conselheiro Dalton Figueiredo** diz que fica a sugestão, como a DN é de 96, de
- 342 se revisar, pois ficou quase um ano sem a avaliação. O **Conselheiro Ney Barbalho** observa
- 343 que, pela palavra de Yuri, hoje ela está sem licença. Diz que ela não teve renovação
- 344 automática. Para isso deveria ter feito o pedido 90 dias antes. Hoje está atuando sem licença.
- 345 **Yuri Rafael** diz que a DN 17 fala que até o vencimento da licença vincenda o órgão deverá
- 346 emitir declaração prorrogando o prazo da licença por seis meses. Logo abaixo diz que, sendo
- 347 outro prazo, será concedido prazo adequado. Diz que há questionamento de como fica esse
- 348 prazo, se seria só o prazo de seis meses. Diz que o órgão ambiental vem fazendo a seguinte
- 349 prática: se ele prorrogou até a licença e a demora do julgamento vem tanto do órgão ambiental
- 350 quanto do empreendedor, tem-se considerado esse prazo sem autuação. Diz que a Lei





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

351 Complementar 140 já não estipula o prazo. Ela diz que a licença vincenda fica válida até a  
352 manifestação do órgão, ou seja, até hoje. Isso pela 140. O **Conselheiro Ney Barbalho** observa  
353 que tem-se que considerar 120 dias antes, o que não é o caso. **Yuri Rafael** diz que ela não está  
354 pela 140. Está-se considerando a DN 17. Frisa que não se trata de revalidação automática  
355 porque, se fosse revalidação automática, - e aí já entra uma discussão do órgão ambiental em  
356 relação às revalidações automáticas - nem se estaria avaliando, a seu ver, pela DN 17, a  
357 licença. Ela estaria automaticamente válida. O **Conselheiro Ney Barbalho** questiona se não  
358 seria válida até a manifestação. **Yuri Rafael** diz que, na revalidação automática, não.  
359 Considerando-se a revalidação automática, se ele formalizou o pedido 90 dias antes do  
360 vencimento da licença, se o órgão ficou inerte da formalização do protocolo até o vencimento  
361 da licença, ela terá direito à revalidação automática, validade da licença até seu vencimento  
362 sem passar pelo órgão colegiado. Diz que essa é sua leitura e da maioria da Superintendência.  
363 Destaca que também esse não é o caso, porque ele não protocolou antes dos 90 dias.  
364 Protocolou dentro do prazo de 90 dias. Ressalta que, dentro do prazo de 90 dias, a lei fala: até  
365 o momento da licença vincenda, ou seja, até o dia do vencimento, até o dia 6, se terá que dar  
366 uma declaração ao empreendedor informando que sua licença está válida pelo prazo de seis  
367 meses. Diz que decorreu esse prazo de seis meses. Observa que ele estaria desacobertado pelo  
368 prazo de um mês. Diz que se passa para o parágrafo posterior que fala que, se não for pelo  
369 prazo de seis meses, será verificado, não sabe com certeza, um prazo adequado até a análise.  
370 Diz que tem deixado dessa forma. Se o empreendedor protocolou até o prazo de vencimento,  
371 tem-se considerado, pelo prazo de análise, que a licença esteja válida até a manifestação do  
372 órgão ambiental, de forma semelhante ao que hoje está a previsão da 140, apesar de a 140 falar  
373 que deveria protocolar 120 dias antes. Diz que a deliberação está sendo revista e,  
374 provavelmente, ainda neste ano, se deve ter nova deliberação substituindo a DN 17. O  
375 **Conselheiro Dalton Figueiredo** questiona a respeito do endereço do empreendimento, que  
376 não está no processo. Questiona se seria Avenida Governador Magalhães Pinto. A **Presidente**  
377 coloca em votação a concessão de revalidação da licença de operação para o empreendimento  
378 COTEMINAS S.A. item 6.2 da pauta. É **aprovada**.  
379 **7.1 Rodrigo Pinto Canabrava/Fazenda Villa Terezinha.**  
380 A **Presidente** solicita a manifestação destaque do empreendedor. **Dr. Joaquim Martins da**  
381 **Silva Filho**, advogado, diz que quer apenas dar uma contribuição. Diz que a previsão da  
382 prorrogação automática da licença esta na 237, que se adota porque a 17 silenciou. Adotou-se  
383 então a regra federal que é a 237. Diz que está atuando da Canabrava. Diz que pega um  
384 processo e sente um problema que já havia visto há muitos anos, quando estava no Sistema. É  
385 que se estabeleceu o licenciamento ambiental sem fazer diferença dos diversos setores. Diz que  
386 se fez a lei ambiental em 1980 e eram todos os redatores da lei originários da cidade.  
387 Trabalhou-se com a chaminé e a mineração principalmente por ser uma atividade forte. Diz  
388 que, se se observar bem, há uma similaridade muito grande, não há diferença, entre o  
389 licenciamento de um assentamento do INCRA, da indústria ou da atividade agrossilvipastoril,  
390 porque nem se tinha cultura para isso. Diz que o que se observa é que o licenciamento  
391 ambiental tomou rumo e se torna um pouco confuso. Diz que está observando algumas  
392 questões de monitoramento que, para ele, se assentava bem numa indústria, mas não se assenta  
393 numa questão agrossilvipastoril. Cita o caso de fossa. Diz que imagina que em seu sítio há uma  
394 fossa séptica e não faz monitoramento nem a entrada nem na saída dela. Diz que isso seria  
395 impossível, e para todos que têm um pedaço de terra é a mesma coisa. Frisa que há  
396 necessidade urgente de modificação do sistema adequando às tipologias do licenciamento. Diz  
397 que o técnico não tem nada com isso, está aí cumprindo uma tarefa cultural, e uma tarefa que  
398 não tem como fazer diferente. Diz que acha que algumas condicionantes dessa licença,  
399 inclusive questão de prazo se é trimestral ou semestral, que podem ser resolvidas na  
400 negociação. Para ele faz muito pouca diferença, já que os monitoramentos são difíceis de  
401 serem acompanhados pelo volume de trabalho que o técnico tem. Observa que todos os





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

402 técnicos no Sistema estão assoberbados com milhões de processos e muito pouco tempo para  
403 se dedicarem a comparações atrás de monitoramento xis. Diz que isso é uma falha que espera  
404 que o Brasil reveja. Diz que uma questão poderia ser mais bem trabalhada que é questão da  
405 exigência que foi feita para que se apresente uma proposta de relocação da reserva legal,  
406 inclusive, se entendeu bem, envolvendo até o pasto. Destaca que o licenciamento ambiental é o  
407 instrumento de política ambiental para o controle ambiental da atividade. Se se tem uma  
408 atividade de criar boi, que, no caso dele, é até considerado de baixo impacto, e alguém diz para  
409 realocar a reserva legal ao ponto de envolver o pasto, entende que isso é contraditório, na  
410 medida em que a área de pastagem é exatamente a atividade dele. Diz que, verificando os  
411 mapas da reserva legal existentes na fazenda, viu que tem áreas de mil e tantos hectares de  
412 matas muito boas, tem outras áreas bem significativas. Diz que lhe parece que faltou uma  
413 conversa melhor entre o empreendedor e o órgão ambiental para se ajustar isso. Não vê sentido  
414 em se interferir na área em que ele vai atuar em sua atividade. Ele procura o licenciamento  
415 para ser monitorado, controlado pelo órgão ambiental. Diz que é preferível ter o controle  
416 ambiental da atividade da pessoa a não ter nenhum controle. Diz que não vai discutir se o ato é  
417 discricionário ou não. Diz que isso é tormentoso e que os juristas avaliem. Diz que a questão é  
418 saber o que é bom ao licenciamento ambiental para a atividade dele: se é ele transformar o  
419 pasto fazendo uma revegetação que vai levar anos ou ajustar essas áreas dele fazendo  
420 conectividade, etc. Diz que discorda de que há discricionariedade quando a lei diz que o  
421 empreendedor pode, se for conveniente ou se for importante, fazer sua reserva legal em áreas  
422 pequenas. Mas ele ser obrigado a abrir mão da sua área de trabalho, de sua área de produção,  
423 isso não faz sentido. Propõe que se sente para discutir outra forma e não ele apresentar nova  
424 reserva legal atingindo sua área específica de trabalho. Diz à Conselheira Ana Eloíza, na  
425 qualidade de profissional de Direito, que os advogados, pelo menos seu grupo, têm sido  
426 solidários contra essa PEC. Já participaram nas redes sociais e em suas discussões, porque  
427 entendem que, num país onde se reclama da impunidade, não há que reduzir as áreas de  
428 investigação, de apuração. Diz que ele e seu grupo são solidários e não apóiam essa PEC. A  
429 **Presidente** abre para discussão a partir da manifestação do empreendedor com relação ao item  
430 7.1. O **Conselheiro Ney Barbalho** diz que, como o representante do empreendedor não quis  
431 discutir a questão técnica, querendo falar mais da questão jurídica, prefere falar da questão  
432 técnica de que tem mais conhecimento. Diz que, na realidade, a fazenda foi sendo comprada  
433 aos poucos, mas a reserva legal foi feita uma única vez. Diz que se tinha uma visão de  
434 ambiente, na época em que foi implantada a reserva legal, em se preservar aquelas áreas em  
435 que as árvores estavam mais altas. Como nos maciços florestais não se encontrou toda a área  
436 necessária, o pessoal deve ter sido orientado por técnicos da época, com pensamento da época  
437 – não está dizendo que estão errados – em fazer pequenas áreas de reserva legal separadas.  
438 Frisa que essa idéia evoluiu e se sabe que essas pequenas áreas vão acabar, porque a luz entra  
439 demais e não deixa brotar outras árvores ali; porque não há condição de se fecharem todas as  
440 áreas, e se vai aumentar muito as cercas e a cerca não é só fazer. Tem-se que conservar. Diz  
441 que a proposta seria fazer uma interligação entre as áreas de reserva. Isso foi levado em conta  
442 quando o IBAMA e o pessoal do Ministério Público fizeram uma alternativa a essa proposta  
443 que seria realocar em dois lugares. Diz que poderia ter sido em um, e não se realocou em um  
444 porque se deixou uma estrada para ele aproveitar o espaço detrás da fazenda. Diz que essa  
445 proposta é uma proposta que ele vai conseguir controlar muito melhor e mais economicamente  
446 viável, apesar de se pensar que ele vai perder alguns pastos. Na realidade, tanto em uma quanto  
447 em outra proposta ele teria que perder pasto, porque teria que fazer a interconectividade.  
448 Ressalta que a proposta original, só fazer conexões entre elas, ela automaticamente, em pouco  
449 tempo, seria perdida como reserva legal porque animais iriam entrar, a luz do sol iria entrar.  
450 Quando fala em animais, não são apenas os bois. Nessas áreas onde a luz do sol entra, brota  
451 capim e até animais silvestres, como veado, que não só come capim, mas come broto das  
452 árvores. Diz que seria inviável manter essas pequenas áreas que foram propostas. Acredita que





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

se possa utilizar a nova lei ambiental, que talvez seja melhor para ele, porque nela infelizmente não se exige separação de APP e reserva legal. A alternativa que ele apresentou é muito pior tecnicamente e economicamente. A **Presidente** questiona se a SUPRAM, a equipe técnica, gostaria de se manifestar. **Reinaldo**, Analista Ambiental da SUPRAM-NM, com relação às fossas sépticas, diz que, mesmo estando em zona rural, torna-se necessário. Mesmo que em um local se tenha um número de posseiros muito pequeno e o volume gerado de efluentes, se for projetado em fossa séptica, ele surte o efeito necessário, ou seja, tem-se um volume pequeno, vai-se ter uma fossa séptica pequena, mas não vai deixar que seu lençol freático seja contaminado por coliformes fecais. Assim, a equipe técnica da SUPRAM sempre colocará fossa séptica em zona rural. Não faz comparação de área rural e industrial. Em relação à reserva legal, diz que a fazenda tem mais de sete mil hectares. Na época, o que havia de remanescente foi colocado como reserva legal. Como foram adquiridas várias glebas e foram averbadas separadamente matrícula por matrícula, uma parte dessas reservas ficou fragmentada. Diz que tecnicamente e ambientalmente seria viável unificar essas glebas, entretanto a equipe técnica, quando esteve lá fazendo a vistoria, fez o que poderia ter feito, ou seja, havia APP topo de morro, pediu-se que se completasse essa reserva legal, fizesse a medição. Houve complementação da reserva legal. Fora isso, houve as vistas do IBAMA e da Promotoria que ambientalmente acharam necessário que se interligassem essas outras glebas e foi proposta essa condicionante. A **Presidente** coloca em votação o indeferimento da solicitação de reconsideração do recurso apresentado pelo empreendimento 7.1. Rodrigo Pinto Canabrava – Fazenda Vila Terezinha. O **Conselheiro Ézio Darioli** manifesta sua abstenção. O representante da FAEMG também se abstém. É **aprovado**. A **Presidente** encerra a pauta, observando que, logo hoje que a SUPRAM, atendendo a pedidos, providenciou lanche, a reunião foi rápida. Agradece a participação.

### 8. Encerramento.

Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

Esta é a síntese da reunião do dia 09 de abril de 2013.